



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Amoroso, Mauro

Quando a literatura política sobe o morro: grupos de oposição, favelas e cultura a partir  
da análise de um livro sobre o Borel.

Antíteses, vol. 8, núm. 15, enero-junio, 2015, pp. 154-175

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193340842009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Quando a literatura política sobe o morro: grupos de oposição, favelas e cultura a partir da análise de um livro sobre o Borel.

*When the political literature climbs the hill:  
opposition groups, slums and culture from the analysis of a book  
on the Borel\*\**

**Mauro Amoroso\***

## RESUMO

O objetivo do presente artigo é refletir sobre a ação de certos grupos de oposição ao regime militar em favelas do Rio de Janeiro durante a abertura, a partir do caso do Borel. Em 1980, foi lançado um livro de memórias de um antigo morador local. Editado por uma livraria ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a obra foi o resultado de uma interação entre atores ligados a outros grupos, e foi sujeita à construção de diferentes significados e usos políticos. Desse modo, analisar essa situação é contribuir para o entendimento de como esses grupos agiam em espaços de habitação popular, como se relacionavam e como adotavam ações no campo da cultura como meio de intervenção política em um período de reconstrução da democracia no Brasil.

*Palavras-chave:* Borel. Partido Comunista Brasileiro. PCB. MR-8. Ação Popular. Favelas.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the action of certain groups opposed to the military regime in the slums of Rio de Janeiro during the opening, from the case of Borel. In 1980, was released a memoir of a former local resident. Edited by a library linked to the Brazilian Communist Party (PCB), the work was the result of an interaction between actors linked to other groups, and was subject to the construction of different meanings and political uses. Thus, to analyze this situation is to contribute to the understanding of how

\* Professor adjunto da UERJ/FEBF e do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC).

\*\* Associate professor of UERJ/FEBF and Postgraduate Education, Culture and Communication in Urban Peripheries Program (PPGECC).

these groups were acting in spaces of public housing, how they related and how they adopted actions in the field of culture as a means of political intervention in a period of rebuilding democracy in Brazil.

*Keywords: Borel. Brazilian Communist Party. PCB. Action popular. MR-8. Slums.*

Em maio de 1981, foi enviada uma denúncia anônima, através de uma carta, ao delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O conteúdo da correspondência tinha como foco alertar “diversas irregularidades que vêm acontecendo na União dos Moradores do Morro do Borel<sup>1</sup>” (Fundo Polícia Política/APERJ, pasta 279-J, folha 501). O estopim que motivou a denúncia teria sido o lançamento do livro “As lutas do povo do Borel”<sup>2</sup>, de autoria de Manoel Gomes (1980), um ex-morador do local, “militar reformado e de tendências vermelhas”, conforme reportado pela missiva.

A carta faz referência à necessidade de que se investigassem as eleições para a diretoria da UMMB, que se realizariam no dia 24 de maio daquele ano (o lançamento de “As lutas” ocorreu no dia 10 do mesmo mês). O objeto de preocupação do denunciante seria a relação de uma das chapas concorrentes com

vários políticos de esquerda [...] um grupo de moças e rapazes que andam fazendo distribuição no morro do jornal Hora do Povo [...]. Quero alertar vossa excelência sobre o perigo que vai representar para aquele povo tão sofrido se esta chapa for a vencedora, pois vão transformar a UMMB em escritório político desses vermelhos antinacionalistas. (GOMES, 1980).

O livro de Manoel Gomes se tornou um “lugar de memória” para os moradores do Borel, embora seu significado difira de acordo com os grupos locais, e como tal, está sujeito a diversas formas de instrumentalização política. Mesmo tendo sido lançado por uma editora do Partido Comunista, a livraria e edições Muro, sua elaboração possuiu participação de militantes da Ação Popular (AP), uma delas tendo sido responsável pela datilografia dos originais antes que fossem levados para a editora. Depoimento no qual se constitui a obra.

Desse modo, temos um quadro, que pode ser observado em outras favelas do Rio de Janeiro além do Borel, no qual a partir de uma iniciativa do campo da cultura, como a edição

<sup>1</sup> Uma das mais conhecidas e antigas favelas da cidade do Rio de Janeiro, com a ocupação datando entre a década de 1910 e 1920. Localiza-se na Tijuca, tradicional bairro de classe média (AMOROSO, 2012).

<sup>2</sup> O livro, lançado em 1980 e com prefácio de Luiz Carlos Prestes, tem como assunto principal a criação, em 1954, da União dos Trabalhadores Favelados (UTF) e da atuação do advogado Antoine de Magarinos Torres. A UTF foi uma das primeiras agremiações com o objetivo de agregar associações de moradores de diferentes favelas, em prol de um projeto de cidade que garantisse acesso a serviços como saúde e educação, além da regularização da posse da propriedade em favelas. Tanto o órgão quanto o advogado demonstraram ter certa proximidade com o Partido Comunista Brasileiro. Para um maior aprofundamento sobre o tema ver: Trindade (1989), Fischer (2008), Amoroso (2012) e Gonçalves (2013).

e o lançamento de um livro, nota-se um palco de disputas e articulações políticas. Tal situação se dá em um período de rearticulação do movimento associativo de moradores de favelas (DINIZ, 1982; BRUM, 2006) em um contexto político mais amplo da abertura política e da reconstrução da democracia no Brasil.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre como os grupos que se opuseram à ditadura militar buscaram bases de atuação junto ao movimento social, a partir do caso das favelas, através de iniciativas culturais, bem como entender suas práticas políticas e formas de atuação nesse período, a partir do caso do processo de editoração, lançamento e usos políticos do livro de Manoel Gomes.

### *O Borel como palco político na abertura: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)*

Os atores que passaram a atuar no Borel a partir de meados dos anos 1970 são alguns dos grupos que se opuseram à ditadura, muitos oriundos da luta armada e que passaram a adotar uma nova perspectiva frente à situação política nacional. Os principais grupos localizados que atuaram no Borel foram a Ação Popular e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o que não significa que outros grupos não tenham atuado em áreas semelhantes no mesmo período. O PCB, por sua vez, possuía um histórico de atuação e militância local desde meados dos anos 1950, contribuindo para a formação de um dos primeiros órgãos a apresentar um projeto que articulasse associações de moradores de diferentes favelas (FISCHER, 2008, AMOROSO, 2012; GONÇALVES, 2013). Desse modo, traçarei algumas breves considerações sobre o PCB, a AP e o MR-8 antes de adentrar na análise da relação de convivência entre esses grupos no Borel.

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em março de 1922. Durante quase toda a existência do Partido, Luiz Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança”, será um de seus principais nomes de referência. Seu ingresso no Partido foi um processo de longa negociação, iniciado no final dos anos 1920 e só concluído em 1934 (PANDOLFI, 1995, p. 103). O grau de identificação de Prestes com a organização partidária em questão chega a ser tamanho que muitas vezes o PCB chegou a ser chamado por parte da população como “o partido do Prestes” (PANDOLFI, 1995, p. 128).<sup>3</sup>

Uma das principais características a ser observada na história do Partido Comunista é a

<sup>3</sup> Isso não quer dizer que os significados acerca da atuação política de Prestes chegam a ser unâimes na trajetória do PCB. O próprio estudo da história e da memória do Partido revela as contradições e disputas em torno das representações construídas ao longo de sua figura. (PANDOLFI, 1995).

oscilação entre diferentes linhas teóricas, alternando ora por um viés mais combativo, ora pelo alcance de transformações da sociedade via aparato eleitoral concedendo, inclusive, certos espaços para alianças com uma parcela da burguesia e setores liberais nacionalistas.

Nos anos 1940 e 1950, temos uma aproximação dos comunistas através de setores populares pela via da cultura, através de caminhos com a música e a literatura. Nesse contexto é que temos o aumento da militância do PCB nas favelas do Rio de Janeiro, além dos sindicatos nos quais atuavam muitos moradores desses espaços (GUIMARÃES, 2009).<sup>4</sup> Em 1961, o Partido altera seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, em um contexto que se pretendia descharacterizar os vínculos com a URSS e acentuar o seu caráter nacional, visando uma virtual legalização. A esse movimento seguiu-se um que revelava os interesses internos do PCB, pois um grupo de dissidentes, em 1962, cria uma outra agremiação que mantém a denominação Partido Comunista do Brasil sob a sigla PC do B.

Após o golpe de 1964, o PCB não trilha o caminho da luta armada, mas várias das organizações que o fizeram têm suas origens no antigo “Partidão” (GORENDER, 1987, REIS FILHO, 1990). Após toda a perseguição política que se segue nos anos de maior recrudescimento da ditadura, o Partido passa por uma reorganização nos anos 1970 e 1980, adotando uma linha influenciada pelo Partido Comunista Italiano e de pensadores como Palmiro Togliatti<sup>5</sup>. Em 1985, o Partido passa a gozar de uma situação de legalidade, que não ocorria desde 1947, porém seus conflitos internos persistem, tendo como ponto de culminância, em situação semelhante observada em outros partidos comunistas do mundo, a substituição do antigo nome e sigla por Partido Popular Socialista (PPS), em 1992 (PANDOLFI, 1995).

A AP foi fundada no início da década de 1960. Inicialmente influenciada pela doutrina católica, a partir de 1968 aderiu ao marxismo-leninismo<sup>6</sup>. Seu objetivo foi conjugar pensamento e ação na esquerda católica, proporcionando transformações nas esferas política e social do Brasil pelo agir, e não apenas pelo campo da religião. Sua ascendência no meio universitário foi grande, com alguns de seus membros alcançando cargos de direção na União Nacional dos Estudantes (UNE).

A AP, assim como outras organizações, sofre perdas em seus quadros com exílios e “desaparecimentos políticos”, chegando a apresentar duas correntes: uma favorável à luta armada e outra contrária. Entre 1968 e início dos anos 1980<sup>7</sup>, o maoísmo passa a ser a doutrina direcionadora das ações do grupo, que começa a adotar uma estratégia de

<sup>4</sup> No caso específico do Borel, as reuniões da célula local ocorriam na quadra da escola de samba Unidos da Tijuca durante parte dos anos 1950 e 1960 (AUTOR, 2012: 112).

<sup>5</sup> O Partido Comunista Italiano foi uma referência sobre as mudanças na cultura comunista observadas a partir da década de 1970 e o debate acerca da questão democrática (PANDOLFI, 1995).

<sup>6</sup> As considerações sobre a AP aqui estabelecidas foram inspiradas principalmente em Ciambarella (2007).

<sup>7</sup> A partir de 1973, a organização passa a adotar o nome Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

“proletarização”, ou seja, de integrar seus membros, muitos oriundos da classe média, em circuitos de produção fabril, a fim de que haja uma maior aproximação com o operariado e sua realidade. Esse contexto explicaria a entrada da AP em favelas, sobretudo se pensarmos nas diversas fábricas que existiam nos arredores do Borel.

As origens do MR-8 remetem às divergências internas do PCB, ainda na conjuntura que precede o golpe de 1964.<sup>8</sup> Em 1965, um grupo interno do Partido Comunista passa a se denominar Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB), e sua ruptura definitiva ocorre em 1966. Partidário das ações armadas, esse grupo foi responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969, passando a adotar a denominação MR-8 a partir dessa ação. Com o aumento da repressão a partir de 1969, sucedem-se os exílios e os “desaparecimentos políticos”, colocando o grupo em uma situação crítica.

Um setor do MR-8 se aproxima das teses da Política Operária (PO), caracterizadas pelo leninismo ortodoxo crítico das ações armadas e que pregava esforços políticos de aproximação com o operariado. Com a volta do exílio no Chile de parte de sua cúpula, a organização se rearticula pondo fim às ações armadas e optando pelo trabalho de base em sindicatos operários, militando em ações populares, se fortalecendo como ator pelas lutas democráticas. Após a anistia, em 1979, realiza de forma clandestina seu II Congresso, traçando diretrizes para o fortalecimento da “frente popular” (com o MDB), convertendo-se em um partido popular, com seus membros progressistas ditando as regras do partido. Desse modo, o MR-8 acaba por estabelecer um campo de disputas mais claro com o PCB.

### *As disputas do Borel durante a abertura política*

Os anos 1974 e 1975 constituíram um período complicado para o PCB, com o assassinato de nove membros de seu Comitê Central e a ida de parte de sua direção para o exterior, além de o jornal oficial do partido, o *Voz Operária*, passar a ser editado fora do Brasil (PANDOLFI, 1995, p 210). Essa situação afetou o PCB como um todo, e seus reflexos podem ser vistos na militância que atuava junto às universidades, de onde saiu o grupo que foi atuar na favela do Borel (depoimento de Antonio Werneck<sup>9</sup>, 03/09/2009):

<sup>8</sup> As considerações sobre o MR-8 aqui estabelecidas foram inspiradas principalmente por Camurça e Reis Filho (2007).

<sup>9</sup> Militante que atuou no PCB do início dos anos 1970 até antes dos meados de 1980. Teve papel fundamental para a rearticulação da ação pecebista no Borel, sendo o responsável pelo contato com os antigos integrantes da célula anteriormente existente no local.

Nessa época, tem uma briga também dentro do partido. O comitê universitário tomou a decisão de congelar as ações do partido e, vamos dizer assim, dissolver as bases e dissolver o comitê universitário, porque tinham sido presos os dirigentes do comitê central, em 1975, tinha caído toda a coisa da Voz Operária. E a base lá do partido na universidade era que dava apoio pra distribuição do jornal no movimento universitário, então existia uma determinação do comitê universitário de parar com as atividades, e a gente foi contra [...] aí a gente começa a montar uma outra corrente, ficam dois comitês universitários, um dissolvido e o outro querendo manter o movimento político, “uma brigalhada” [...] eu me afastei em 1977, já no sexto ano da faculdade, e aí decidiram que eu ia sair do movimento universitário e aí tinham várias opções, ou entrava no movimento sindical, ou entrava no movimento comunitário, ou chamado “do asfalto ou da favela”. E aí eu resolvi ir pra favela, escolhi a favela, não conhecia ninguém, era um trabalho conjunto Borel e Formiga. (AMOROSO, 2012, p. 70).

Movimento semelhante aconteceu para o fortalecimento do movimento de bairro, já existente, na Tijuca (AMOROSO, 2012). Dentro desse contexto, esses militantes pecebistas retomam o contato com os antigos integrantes da célula comunista do Borel da seguinte forma (depóimento de Marcio Arnaldo<sup>10</sup>, 15/08/2009):

Nós dissemos: ‘Bom, vamos fazer um mapeamento do que há e do que houve aqui na Tijuca. Então nós conseguimos um contato com um velho operário que era do partido, o Moacir Pacheco Chaves, uma figura fenomenal que já morreu. Ele morava no Alto Catrambi, que era uma comunidade, uma favelinha muito bem estruturada, muito bem organizada, de antigos operários têxteis daquelas fábricas da região, e o Moacir era um negro, cujo nome de guerra era Alves, porque ele era um negro “lorde”, como Ataulfo Alves, um negro alto, magro, fumava um cigarro com piteira e tal. Mas era um operário, ex-operário têxtil, não é?, operário aposentado, e o Moacir, ele mantinha lá os contatos com o pessoal da favela do Borel, com o pessoal da favela da Formiga, e ele próprio era a maior liderança do Catrambi. E então nós sabíamos que o Moacir estava lá, ele não era mais do movimento operário porque ele tinha sido aposentado, então ele ia no sindicato incidentalmente, lá no ‘movimentozinho’ de aposentados. Mas ele não tinha muito o que fazer na Tijuca a não ser encontrar os antigos companheiros. E nós dissemos: ‘Não, vamos tentar reestruturar o partido, vamos tentar ver de que maneira a gente pode... Não ficar nesse negócio setorizado e construir um trabalho de base. (AMOROSO, 2012, p. 72).

Com relação à AP, sua atuação em favelas nos anos 1970 possui um forte elemento de

<sup>10</sup> Através da sua participação no movimento de bairro, foi atuante em iniciativas que vão levar à criação da filial tijucana da livraria e editora Muro, responsável pela publicação do livro de Manoel Gomes. Esse fato revela uma articulação entre os movimentos de favelas e de bairro.

apoio em iniciativas educacionais (depoimento de Roberto Ramos<sup>11</sup>, 12/05/2011):

[...] E aí eu começo a pegar o que tem de trabalhos populares em educação, vamos começar, e pintou essa ideia aqui no Rio. Eles começam a ideia desses trabalhos nas favelas numa brecha muito interessante, que era a questão dos cursos livres de madureza. Naquele tempo, quem tinha perdido a escola fazia, o Estado dava uma prova para você fazer o primeiro grau e o científico, segundo grau, e aí nisso surgiram [...] começou a fazer isso nas favelas. (AMOROSO, 2012, p. 73).

No caso do Borel, a militante Fernanda Carneiro<sup>12</sup> passa a atuar no local a partir de um projeto ligado à educação (AMOROSO, 2012). Além da abordagem educacional, a atuação da AP será direcionada para o desenvolvimento de ações culturais, como a realização de peças teatrais (depoimento de Roberto Ramos, 12/05/2011): “[...] E de repente a gente monta um grupo de teatro muito bom, o irmão da Fernanda participa, o Helder Carneiro, muito bom. Quando o Antônio<sup>13</sup> vê a peça que a gente faz sobre Tiradentes, joga a toalha e acaba ali [...].” A Ação Popular não entrará em uma disputa política por cargos na associação de moradores, porém isso não significa que o desenvolvimento de suas atividades tenha acontecido sem que se estabelecesse um certo ambiente de concorrência com os outros grupos de esquerda, como o PCB. A colocação de que “Antônio jogou a toalha” demonstra um acompanhamento dos apistas pelo PCB e quer dizer que, segundo a visão do depoente, após a realização dessa peça de teatro, passaria a haver um reconhecimento maior das atividades da AP por parte dos integrantes do Partido Comunista que atuavam no Borel.

A partir das observações realizadas, temos a configuração de um panorama de disputas protagonizadas por sujeitos que passaram a atuar no Borel no período da abertura política do Brasil e da rearticulação do movimento associativo de favelas. Trata-se de agentes com interesses específicos e com uma visão própria das favelas, consideradas como espaços para concretização de seus projetos políticos junto às classes populares. A partir da convivência dessas propostas, bem como de interesses concorrentes, é que se estabelecerá o quadro que resultou na produção editorial do livro de Manoel Gomes. A obra relata a memória sobre a atuação de um grupo específico diretamente envolvido nessa disputa, o que acabará permeando os usos desse discurso sobre o passado diante das diferentes problemáticas trazidas por contextos históricos distintos, sendo que sua própria elaboração revelará alguns contornos dessa disputa.

<sup>11</sup> Militante apista e morador da Tijuca, atuou no Borel entre os anos 1970 e 1980, chegando a criar fortes laços locais, inclusive tendo uma casa no morro.

<sup>12</sup> Militante da AP que atuou no Borel nos anos 1970 e 1980, período no qual construiu fortes laços locais. Participou de diversas atividades, como a organização de um curso pré-vestibular comunitário, sendo a responsável pela datilografia dos originais do livro de Manoel Gomes.

<sup>13</sup> Refere-se a Antônio Werneck.

## A livraria Muro

Segundo a memória de um ex-militante do PCB, a livraria Muro teria sido fundada a partir de um grupo, ligado ao Partido, que atuava na área cultural no bairro da Tijuca desde meados dos anos 1970. Esse foi um período de reorganização da atuação de base dos movimentos de oposição à ditadura, após o desmantelamento dos grupos que optaram pela luta armada e o exílio de diversas lideranças de relevância nesse cenário (depoimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009):

‘Então o Rui, o Aloísio e o Tinoco se juntaram, já eram... Se tornaram sócios da Muro Ipanema e se juntaram pra abrir a Muro Tijuca. O Tinoco era do Cineclube Glauber Rocha, o Aloísio Leite era da cinemateca do MAM e era nosso amigo do Cineclube Glauber Rocha<sup>14</sup> [...] e o Rui nós conhecemos naquele momento. Então nós dissemos: [...] a Muro, ela pode dar um novo status, um status empresarial a um trabalho político’. (AMOROSO, 2012, p. 147).

A matriz da livraria e editora surgiu em 1975 no bairro de Ipanema, criada pelo empresário e atual dono da rede de livrarias Travessa, Rui Campos.<sup>15</sup> A filial tijucana é criada posteriormente (*idem*):

‘A filial da Tijuca foi o Tinoco, junto com o Aloísio Leite e um outro companheiro que morreu também, o Pestana, Paulo Pestana, e eles, então, o Tinoco entrou com a parte principal do dinheiro, né?, o Tinoco e a família dele lá. Eles tinham algumas posses e tal, e eles então abriram essa empresa num prédio, na galeria ali do lado do Palheta [...]. Lá era a Muro Tijuca. [...] Isso foi em 1979, talvez’. (AMOROSO, 2012, p. 147).

Sua localização se deu ao lado do tradicional Café Palheta, no coração da praça Sáenz Peña, um dos principais pontos do bairro e possuidora de uma aura de efervescência cultural, devido aos inúmeros cinemas que lá existiram, e que lhe fizeram valer o apelido de “a Cinelândia da Tijuca”, a partir da década de 1940 (CARDOSO et al., 1984, p. 115).

O contexto do advento da Muro é marcado por uma conjuntura específica relativa ao

<sup>14</sup> Glauber Rocha foi um dos diversos cineclubs que existiram na Tijuca e em seus arredores nesse período, muitos ligados a simpatizantes ou militantes de grupos de oposição à ditadura.

<sup>15</sup> O próprio empresário caracteriza a Muro como o princípio de sua atuação no mercado de livros, conforme pode ser visto em: <http://www.travessa.com.br/wpgquemsomos.aspx>.

mercado editorial brasileiro. Nesse período, vemos o despontar de livros de denúncia à tortura e à repressão política do regime militar, inserido em um panorama de retomada da ação política após o declínio da luta armada. Assim, há uma reorganização do campo da esquerda na luta pelas liberdades democráticas, na qual se insere um movimento cultural e editorial com a revitalização de editores de perfil político e de oposição ao governo militar. Desse modo, uma “literatura política” (MAUÉS, 2009, p. 4) ganha força a partir de 1977 e 1978, em um cenário no qual se pode destacar o retorno à cena do movimento sindical e estudantil, as greves do ABC e a campanha pela anistia. Com isso, ganham força as “editoras de oposição”, definidas como aquelas que,

tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados [...] a marca distintiva de uma editora de oposição é o fato de ela ter perfil de oposição ao governo militar e ter publicado certo número de livros de oposição. Um número suficiente, na produção daquela editora, para que fique claro que aqueles livros representavam parcela importante da produção da empresa. Disso resulta que os diferenciais básicos para se saber se uma editora pode ser chamada de editora de oposição são o perfil político e ideológico da editora, determinado pelas simpatias, filiação política de seus proprietários e/ou editores, e o seu catálogo de livros publicados. (AMOROSO, 2012, p. 148).

É válido ressaltar que essas editoras apresentavam um perfil variado, sendo algumas mais socialistas, reformistas ou liberais, e não necessariamente ligadas a uma visão mais à esquerda, marxista e de oposição aguerrida.<sup>16</sup>

A Muro pode ser enquadrada no grupo de editoras caracterizado por Maués. Seus envolvidos aqui entrevistados eram militantes do partido comunista, e tiveram envolvimento de graus diferenciados ao longo da existência da filial da Tijuca. O já referido Márcio Arnaldo chegou a ser gerente da loja da Tijuca durante o ano de 1981. Além dele, também foram tomados depoimentos de Armando Sampaio e Wilton Chaves. Todos eram frequentadores da livraria, militavam no PCB nos anos 1970 e 1980 e moraram na Tijuca nesse período. Outro ponto comum entre eles, que caracterizava demais integrantes da Muro Tijuca, é o envolvimento com o bairro. Os entrevistados chegaram a residir na praça Afonso Pena, ou em suas proximidades, e a tinham como um espaço de sociabilidade no qual se discutiam teses de esquerda, com participação de integrantes do Partido Comunista: “[...] na praça Afonso Pena, que a gente depois veio a chamar de “Praça Vermelha”, porque tinha tanta gente do partido (se referindo ao Partido Comunista) lá que a gente brincava falando

<sup>16</sup> Dentro desse universo, podemos destacar as seguintes editoras: Alfa-Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Veja, Livramento, entre outras. A partir de meados de 1970, também podemos destacar o fato de editoras de maior tradição, como a Vozes, a Paz e Terra, a Civilização Brasileira e a Brasiliense também passarem a dar maior destaque a publicações de crítica ao regime de 1964.

assim” (depoimento de Armando Sampaio, 21/09/2009).

Portanto, surge a perspectiva de fundar uma “livraria/editora” na qual “a ideia já era criar uma estrutura empresarial pra propiciar a edição de livros” (depoimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009). Objetivou-se, igualmente, criar um espaço de atividades culturais, sempre ligadas às ideias de esquerda e de oposição ao regime, com a finalidade de estimular o debate intelectual e proporcionar um local de encontro entre pessoas que simpatizavam com essa visão, não sendo necessariamente militantes do Partido Comunista:

[...] a gente pegava os intelectuais, assim, reconhecidos na época, o Leandro Konder<sup>17</sup>, aí fazia um curso sobre Marxismo e Arte, o Carlos Nélson Coutinho<sup>18</sup>, fazia um curso sobre democracia, marxismo e democracia [...]. Também passava lá, quando queria algum contato, perdeu o contato, perdeu o ponto, não sei o quê, a gente vivia na clandestinidade, né?, mas já estava menos... A repressão já era menor. (AMOROSO, 2012, p. 149-150).

A função de sociabilidade não se restringia à filial tijucana: “A Muro tinha duas lojas no mesmo espaço ali na Visconde de Pirajá, era uma livraria pra atender o público infantil, chamada Murinho, e tinha carteira de sócio, meu filho foi sócio” (depoimento de Wilton Chaves, 10/08/2009). É interessante observar que a criação de um espaço voltado para o público infantil revela um esforço de maior envolvimento da família dos frequentadores. Afinal, com essa iniciativa, eles levariam seus filhos à livraria cientes de que haveria um local para o entretenimento deles. Essa proposta levanta uma série de possibilidades, dentre as quais gostaria de destacar duas. A primeira refere-se a um esforço de consolidação de um público frequentador, gerando possibilidades de continuidade do projeto da Muro. A segunda pode ser relacionada ao caráter de “oposição democrática” que passa a predominar entre o perfil dos que contestavam o regime militar, após meados dos anos 1970 e do desmantelamento dos grupos armados de esquerda, uma vez que o perfil do “pai de família” que leva seu filho a uma livraria, ainda que, nesse caso, impregnada de um significado político oposicionista, não condiz com o guerrilheiro disposto a arriscar sua vida pelas “liberdades democráticas”.

Com relação ao Partido Comunista Brasileiro, agremiação partidária à qual pertenciam os envolvidos com a Muro, gostaria de fazer algumas considerações sobre as transformações pelas quais passou a partir da década de 1970, sobretudo. Desde 1968, é possível observar um contexto de crise no bloco socialista, tendo como exemplos concretos invasões na

<sup>17</sup> Renomado intelectual marxista, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de 1984 a 1997 e professor da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde 1985.

<sup>18</sup> Outro renomado intelectual marxista, falecido em 2012, de grande importância para a revisão do marxismo nos anos 1980, a partir de obras como “A democracia como valor universal”.

Tchecoslováquia, rebeliões na Polônia, culminando na queda do Muro de Berlin e no fim do chamado “socialismo real”, em 1989. Esse panorama acabou por afetar os partidos comunistas presentes nos países capitalistas, que passaram a buscar alternativas de renovação e possíveis “terceiras vias”, a exemplo do “eurocomunismo” (PANDOLFI, 1995).

No caso do Brasil, é preciso que se contextualize essa perspectiva em relação ao quadro político relacionado às eleições de 1974. Nesse pleito<sup>19</sup>, o resultado favorável às articulações oposicionistas em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi considerado pela direção do Partido Comunista como confirmação do “acerto” das resoluções aprovadas em seu VI Congresso, em 1967, que estabelecia o direcionamento de buscar a queda do regime vigente pelo caminho institucional e legal. Desse modo, a opção pela luta armada era tida como uma “aventura” sem embasamento histórico e à margem das massas, conforme observado por Dulce Pandolfi (1995, p. 209).

No entanto, surge uma corrente crítica em relação à postura adotada pelo Partido. Para esses críticos, dentre os quais se incluíam o próprio Prestes, o apoio à oposição institucional/legal ao regime militar, representada pelo MDB, seria uma aceitação do sistema político então adotado no Brasil, sem que houvesse uma diferenciação mais sólida das oposições ditas liberais, e deveria ser abandonada por uma posição mais combativa. Assim, vemos surgir uma divisão interna, algo comum ao longo da história do PCB. À ala combativa se opunha uma corrente renovadora, influenciada pelas ideias do Partido Comunista Italiano, que discordava da noção de “etapismo”, na qual a democracia é vista como um degrau necessário para a revolução. Para este grupo, os valores democráticos seriam universais e deveriam estar em um primeiro plano em projetos de reconstrução social (PANDOLFI, 1995, p. 215-216).

Com relação aos envolvidos com a Muro, podemos utilizar como exemplo o caso de Márcio Arnaldo. Em um primeiro momento, ao ser questionado se era partidário de alguma das cisões citadas dentro do Partido, assim como os demais articuladores da livraria e editora, ele responde: “Não, especificamente, não, nós éramos do Partido Comunista”. No entanto, ao mencionar as influências que levaram à criação da Muro, explica: “Nós éramos inspirados pelo partido italiano, né?, que tinha livrarias, editoras, não sei o quê, nós dissemos: ‘Vamos criar em cima da cultura até uma possibilidade empresarial para o Partido se financiar’ (depóimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009).

Os primeiros anos de 1970 foram um período crítico para a oposição ao regime militar. A fase de maior recrudescimento do autoritarismo do regime resultou em uma série de “desaparecimentos políticos”, além do exílio de lideranças importantes, que afetaram não apenas a resistência armada, mas o próprio Partido Comunista. O secretário geral Luiz Carlos Prestes encontrava-se exilado desde o final dos anos 1960 na então União Soviética.

<sup>19</sup> Deve ser lembrada a marcante vitória do partido de oposição, que obteve 16 das 22 vagas ao senado.

Os banimentos, incluindo o de Prestes, e os “desaparecimentos” acabaram contribuindo para que se abrisse caminho à ascensão de novas lideranças dentro da agremiação, algumas com ideias comuns à chamada corrente renovadora, influenciada pelo Partido Comunista Italiano e por pensadores como Palmiro Togliatti. Ou seja, os fatos desse período revelam uma necessidade de recomposição de quadros, e uma nova geração passa a atuar nos cargos de direção e de militância de base, convivendo com militantes mais antigos.

Segundo Márcio Arnaldo, “entre 1972 e 1980, o partido cresceu muito na Tijuca”, em um contexto no qual “a Tijuca tinha sido uma ilha de onde a reestruturação do partido, né?, da ideia de uma frente de trabalho cultural ocorreu” (depoimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009). A afirmação do bairro como uma “ilha de reestruturação” deve ser interpretada à luz da conjuntura mencionada a respeito do início da década de 1970. Esse novo grupo, entre os quais se inserem meus entrevistados, começou sua atuação e militância no final da década de 1960, e tinha como características iniciativas ligadas ao campo da cultura. Duas delas foram fundamentais para o surgimento da Muro, o cineclube Glauber Rocha<sup>20</sup> e a Associação Pró-Teatro da Tijuca (depoimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009):

Então, nós criamos o cineclube e ele inicialmente funcionou, assim, na casa de um, de outro, na casa do deputado Délia dos Santos [...]. E, aí, saía nos jornais, os jornais que a gente botava, no JB, no Globo, né?, “sessão extra! Cineclube Glauber Rocha, endereço tal na Rua Haddock Lobo [...] e tínhamos um bom afluxo de pessoas, passávamos filmes, que normalmente não passavam... Filmes bons que normalmente não passavam no circuito. [...] Depois, surpreendentemente, talvez já com o dedinho da repressão, nunca soubemos, um dia nós chegamos lá e nos disseram que não íamos mais funcionar lá, porque a igreja não... E aí ficamos na rua, e acabamos encontrando a Igreja de São Francisco Xavier [...]. E criamos então o grupo que tocou... Que fundou a chamada Associação Pró-Teatro da Tijuca, cuja sigla era APTT, e com esse nome ficou conhecida. Aí na área da Tijuca o Partido Comunista tinha duas frentes de trabalho, uma de teatro, que era a APTT, e uma de cinema, que era o Cineclube. Então, a livraria Muro, ela serviria como uma abertura, num outro nível, como uma superação daquelas entidades, que eram entidades de certa forma precárias, a livraria Muro, ela tinha uma legalidade comercial, empresarial etc. E era uma respeitável livraria, reconhecida na cidade inteira. (AMOROSO, 2012, p. 153).

É interessante notar a visão de Márcio Arnaldo de atentar para a “legalidade comercial e empresarial” que caracterizaria a Muro, em consonância com sua interpretação de que era necessário “dar um status empresarial a um trabalho político” e, com isso, mais uma vez citando as influências do Partido Italiano, “criar em cima da cultura até uma possibilidade

<sup>20</sup> Os cineclubes se constituíram, entre os anos 1970 e 1980, como um importante fórum de ações políticas e culturais de crítica à ditadura militar. Podemos destacar os seguintes cineclubes do período: Leme, Barravento, Dinafilmes, Grande Otelo, dentre outros. Para um debate mais aprofundado sobre o assunto, ver Matela (2007).

empresarial para o partido se financiar". Essa função da Muro como forma de financiar o partido pode ser considerada uma interpretação da nova conjuntura que se anuncia a partir dos meados de 1970, com o prenúncio da abertura política, além da mudança de perspectiva de uma nova geração de militantes.

O advento da livraria e editora Muro está inserido em um projeto mais amplo, levado a cabo por esses militantes mais jovens, dentre os quais Márcio Arnaldo, Armando Sampaio e Antônio Werneck. Seus objetivos continham resgatar antigos militantes, que já haviam realizado uma atuação na Tijuca e em seus bairros vizinhos, e a mobilização deveria ocorrer através de iniciativas culturais, como o Cineclube Glauber Rocha, como forma de congregar "favela" e "asfalto", a partir da tomada de consciência da importância do trabalho de bairro por parte de tal grupo (depóimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009):

[...] vamos aqui tentar organizar um cineclube, uma organização de massa, que seja aberta, que não seja clandestina, que tenha uma atuação legal, que faça algum tipo de trabalho, que movimente, e que mostre às pessoas que é possível fazer alguma coisa, e tal, e criamos um cineclube [...]. Quê que nós fizemos? Nós dissemos: Bom, vamos fazer um mapeamento do quê que há, e do quê que houve aqui na Tijuca. Então, nós conseguimos um contato com um velho operário que era do partido [...] Era o Moacir Pacheco Chaves. [...] Então, eu e os outros dois companheiros organizamos um comitê na zona norte, chamado Comitê da Zona Norte, e começamos a procurar as pessoas que poderiam ser... Vir a ser... Que seriam... Que teriam sido do partido, que poderiam de novo nos ajudar a reconstruir o partido em toda a zona norte, não só na Tijuca, mas em toda a zona norte, que abrangia até o Grajaú. Grajaú, Andaraí, Vila Isabel, Tijuca, Usina, Rio Comprido, e tal. E aí começamos a organizar o partido, a recuperar esses contatos, e começamos então a estruturar o partido. Tudo surgiu daí, tudo o que aconteceu, inclusive a livraria Muro, surgiu daí. (AMOROSO, 2012, p. 155).

A iniciativa de buscar os membros do PCB mais antigos é relacionada ao desejo de reconstrução de bases de atuação, após a relativa desestruturação resultante da repressão do início da década de 1970. Esse movimento envolve também as favelas, conforme mostra a menção a Moacir Pacheco Alves, falecido operário das fábricas que existiam no local e que atuou amplamente no Borel e na UTF. A diretriz de atuação ligava-se às ideias desses militantes, que pretendiam atuar em uma esfera de legalidade, ou, segundo as já citadas palavras de Márcio Arnaldo, através do "status empresarial" que esse tipo de mobilização poderia fornecer. Outro fator para o qual gostaria de atentar é o esforço de que se realizasse um diagnóstico sobre os bairros de atuação do chamado Comitê da Zona Norte, a fim de que se conhecessem os vieses da região sobre a qual se pretendia trabalhar (depóimento de Armando Sampaio, 21/09/2009):

[...] o Comitê da Zona Norte, que era formado por quatro pessoas, e nós começamos a fazer um estudo, de quantas fábricas existiam, quantas favelas, quantas faculdades, quantas universidades, que público nós... É um estudo meio econômico, meio sociológico, mas basicamente político, da nossa região. O que nós estabelecemos como nossa região é chamado de Grande Tijuca, que seria Tijuca, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí, Rio Comprido, Catumbi. Essa área seria a Grande Tijuca. (AMOROSO, 2012, p. 156).

Ao recuperar-se o contato com a militância mais antiga do Borel, carinhosamente denominada por Werneck como “velhinhos do partido”, houve inclusive uma reflexão sobre como as diferenças sociais entre os militantes e os moradores da favela poderiam influenciar o convívio e a atuação de ambos os grupos (depóimento de Antônio Werneck, 3/09/2009):

Como a base do Borel recupera os caras antigos da base anterior [...] é que o pessoal de classe média não poderia ou não deveria ficar em contato com os operários lá do Borel, por segurança, ou por constrangimento mesmo, dos caras se sentirem dominados pela classe média ou qualquer coisa dessa assim [...] além dos velhinhos do partido, tinha o Seu Moacir, que não morava no Borel e era... Agora, de lá era o Bonifácio, o Lira, o Severino, o Emídio Gonçalves, que era o Boneco. (AMOROSO, 2012, p. 156).

Nesse cenário histórico, podemos observar uma crítica instrumentalizada pela *literatura política*, cujo florescimento é marcado pela atuação das *editoras de oposição* (MAUÉS, 2009). Desse modo, nos encontramos diante de um contexto fértil para o surgimento de obras como a de Manoel Gomes<sup>21</sup>. No que se refere ao mercado editorial, esse quadro é caracterizado pela existência de *circuitos de comunicação* (DARNTON, 1990), elemento presente no processo de elaboração de livros que abrange a atuação de diferentes sujeitos, como autores, editores, distribuidores e leitores<sup>22</sup>. No tocante à livraria e editora Muro, estamos tratando de um caso no qual uma proposta editorial encontra-se inserida em um projeto político mais amplo, pertencente a um segmento específico de uma agremiação partidária, dotado de concepções próprias acerca dos caminhos para a retomada da normalidade democrática no Brasil.

Conforme visto anteriormente, o contexto histórico que marca o fim das ditaduras militares da América latina revela o ato de lembrar como uma atividade importante para a

<sup>21</sup> Contudo, é válido atentar para o fato de que o uso da cultura escrita, manifesto tanto no caso de livros quanto de periódicos, para a disseminação do ideário comunista é possível de se encontrar em outras conjunturas históricas, remetendo ao período varguista (SÁ MOTTA, 2006; CARNEIRO, 2006).

<sup>22</sup> Esses “circuitos” influenciariam autores antes e depois do processo de edição, uma vez que esses mesmos autores são igualmente leitores, lendo e se associando a outros leitores e escritores, formando noções de gênero e estilo, além de uma ideia própria do empreendimento literário que acaba por direcionar a escrita de seus textos.

restauração de laços sociais e comunitários, perdidos no exílio ou pelas práticas repressivas do Estado, sendo o florescimento de discursos testemunhais um importante suporte para a “restauração de uma esfera pública de direitos” (SARLO, 2007, p.47). Pode ser estabelecido um paralelo desse quadro com os diversos livros de denúncia às torturas praticadas pela ditadura militar brasileira (MAUÉS, 2009). Nos casos brasileiros e argentinos, esses analisados por Beatriz Sarlo (2007), estamos tratando de memórias, silenciadas pelo recrudescimento da repressão estatal, vindo à tona e sendo utilizadas como ferramentas políticas. E esses discursos de memória tinham como suporte a produção editorial do período. Isso não significa que toda editora dessa época, envolvida com esse tipo de publicação, seja relacionada a grupos políticos de quaisquer espécies, porém, conforme demonstrado, esse foi justamente o caso da livraria e editora Muro.

A livraria e editora Muro encerra suas atividades em meados dos anos 1980. A filial do Catete, caracterizada por Márcio Arnaldo como um passo em falso dado pelos demais sócios, por ser uma “aventura” maior que o fôlego da empreitada permitia, foi a primeira a fechar as portas. Logo depois, a filial tijucana segue o mesmo caminho. A principal causa do fim da atividade das duas sedes seriam problemas financeiros: “Nós começamos a dever muito às distribuidoras, né? [...]. Então, as pessoas chegavam procurando livro que era da Brasiliense, nós não tínhamos. Isso mata, né?, isso dá uma dor, pra mim, que era o gerente da loja, e eu via que isso, do ponto de vista empresarial, matava, porque as pessoas pararam de ir à livraria” (depoimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009). A matriz de Ipanema, mesmo sendo, conforme a visão dos depoentes, “uma livraria badalada como era”, possuidora de “espaço na imprensa” (depoimento de Wilton Chaves, 10/08/2009), é a última a encerrar, também por motivos financeiros, suas atividades. No tocante ao PCB, o mesmo período foi marcado pelo desenrolar de uma crise que culminaria em sua transmutação em PPS na década seguinte.

### *O processo de elaboração de “As lutas do povo do Borel”*

O livro de Manoel Gomes foi editado e lançado pela livraria e editora Muro, ligada ao PCB, conforme visto. No entanto, seu processo de elaboração envolveu outros atores, como Fernanda, militante da AP. Manoel Gomes foi um operário com papel de destaque na UTF, sendo uma figura simbólica no morro do Borel, de acordo com o depoimento dos entrevistados. Contudo, o conteúdo de seu livro é criticado em alguns aspectos, seja por remeter demais a uma memória ligada ao Partido Comunista, seja por não fazer menção à participação da Ação Popular, personificada no envolvimento já citado da militante Fernanda. Tal situação, entretanto, não impediu que o livro se tornasse um lugar de memória para os moradores dessa favela, ou que tivesse seu valor simbólico reconhecido pelos representantes de outros grupos políticos que não o PCB.

Manoel Gomes não era o único com essas características. Os militantes do PCB entrevistados mostraram um profundo respeito pelo histórico participativo de figuras como José Batista Lira, José Emídio Gonçalves, o “Boneco”, Sebastião Bonifácio e outros moradores do Borel cuja participação remetia à criação da UTF, todos envolvidos na luta pela permanência perante as ameaças de remoção da década de 1950 e presentes no depoimento escrito de Manoel Gomes (depoimento de Antônio Werneck, 03/09/2009):

tinham sido presos, ou por causa do movimento, ou por causa de uma briga, ou por causa de uma invasão, ou por causa de... De uma coisa... Uma... Eles fizeram várias barreiras ali no... E as barreiras eram mais pra defender as coisas de moradia, do direito à moradia e do direito a se reunir. Durante muito tempo, a associação de moradores ficou fechada. (AMOROSO, 2012, p. 179).

É compreensível que a visão dos participantes de outros grupos de esquerda não tenha como traço a valorização dos demais militantes históricos ligados ao PCB. No entanto, Manoel Gomes também suscita palavras elogiosas de José Ivan<sup>23</sup>, representante do MR-8 (depoimento de José Ivan, 24/04/2009):

Manoel Gomes é o maior teórico e prático da divulgação do comunismo. Era um homem de estatura baixa e fazia eventos na casa dele com frequência. E as pessoas começaram a participar e certamente não faltava oportunidade para ele dar um pequeno jornalzinho sobre o comunismo. Ele tentava ter na vizinhança dele, que não era pequena, uma adesão muito grande. Manoel Gomes foi um dos principais homens de bem, sério e que não fingia que era comunista. Ele era comunista mesmo, era um homem atuante, um grande líder, e eu tive a sorte de morar num bairro do Borel que se chamava Feijão, onde a segunda casa acima da de meu pai, ou a primeira, era de Manoel Gomes [...]. (AMOROSO, 2012, p. 179).

Não se sabe ao certo como surgiu a ideia do livro, se Manoel Gomes já o possuía manuscrito ou se foi estimulado a escrevê-lo. A memória, de acordo com seu caráter intrínseco, dos depoentes é um tanto fluida com relação a esse fator, ao sabor dos interesses e ligações de grupo do período. Segundo Fernanda (depoimento de Fernanda, 05/11/2009):

<sup>23</sup> Liderança atuante no Borel a partir dos anos 1970, presidirá a associação de moradores inúmeras vezes entre as décadas de 1980 e 1990. Chegará a fazer parte da diretoria da FAFERJ e a se lançar candidato a vereador pelo PMDB nos anos 1980, não tendo sido eleito.

Eu não sei se ele já estava escrito ou se ele ia me ditando, isso agora eu já não sei. Não acho que ele tinha escrito à mão. Por que eu não levava para casa? Geralmente eu não gosto de pegar original, eu sou muito distraída. Eu não sei se na época eu tinha essa postura. Eu acho que ele podia ter alguma coisa escrita e eu fui puxando mais. (AMOROSO, 2012, p. 179).

No entanto, no momento da função desempenhada, a memória começa a fazer seu jogo de significação, a partir dos interesses e da inserção de cada indivíduo em seu meio de atuação. Armando Sampaio recorda quem levou os originais para Luiz Carlos Prestes: “Fui eu e uma outra pessoa, uma menina, uma companheira, e ela ajudou inclusive a revisar o livro” (depoimento de Armando Sampaio, 21/09/2009). Na verdade, tudo indica que se tratava de Fernanda. Mas, ao mencionar uma “companheira”, fica a ideia de que foi outra pessoa ligada ao PCB que participou desse processo de revisão, o que excluiria o envolvimento da AP. Antônio Werneck já é mais generoso com relação à função de Fernanda no processo (depoimento de Antônio Werneck, 03/09/2009):

O pessoal da AP, principalmente a Fernanda, ficou em contato com ele. Aí ela dava pra mim o que já estava datilografado, a Fernanda, aí eu ia sugerindo, rabiscando, teve uma parte que eu datilografei e devolvi pra eles também. Mas ela dá o formato final e quem faz o contato dela com a editora é a Fernanda, eu acho, não tenho certeza se foi ela, mas foi o pessoal dela que fez o contato [...]. (AMOROSO, 2012, p. 180).

O interessante dessa passagem foi atribuir ao “pessoal da Fernanda” o contato da editora, que era uma editora ligada ao PCB, fato de que o próprio Werneck tinha ciência. Essa atribuição ao “pessoal da Fernanda” pode ocorrer devido ao envolvimento da AP em atividades culturais na localidade, sempre estimulando a participação dos moradores, ou à própria participação de Fernanda na elaboração do livro, ao que tudo indica, bem vultosa. Manoel Gomes já não residia no Borel na época em que redigiu a obra, embora continuasse frequentando a favela. Sua residência era em São Gonçalo, para onde Fernanda se deslocava com frequência para datilografar a obra, como ela conta em seu depoimento. Contudo, sua memória registra o alijamento da sua participação, ou seja, o não reconhecimento de seu trabalho, não tendo sido sequer chamada para o lançamento, o que demonstra o uso político da obra feito pelo PCB (depoimento de Fernanda, 05/11/2009):

E, em um determinado momento, eles tomaram a frente e eu, na verdade, só podia ir até o texto. Eu não tenho contato com editora, eu não sei se eu ia fazer alguma coisa mais pra frente, mas meu trabalho ali era transformar aquilo em texto. A minha intenção, o meu prazer era esse. Eu não fui até o fim da datilografia, não. Eles pegaram e lançaram, e eu não fui convidada para o lançamento. Eu não fiquei sabendo desse lançamento. Quer dizer, nem que fosse por que eu desejava muito essa comemoração, mas também por um crédito, né? Merecia até nesse aspecto ético. Não fiquei sabendo e esbarrei nesse livro em outro lugar. Isso que eu digo que é uma pena, porque eu não ia parar de fazer o trabalho porque ele era do PC e eu não vou fazer, e também não me importei de eles terem levado à frente, porque ali ele se transformou em livro. Da minha parte não tinha boicote. (AMOROSO, 2012, p. 180).

Para entender esse uso, primeiramente, é preciso compreender a escolha do prefaciador do livro, Luiz Carlos Prestes. O “cavaleiro da esperança” ocupou, e de certa forma ainda ocupa, um lugar simbólico na mitologia política brasileira. Seu histórico na Coluna Prestes, a aliança com o homem que enviou sua mulher para os campos de concentração hitleristas, dentre outros fatores, contribuíram para a construção de sua imagem como um homem que punha sua ideologia à frente de interesses pessoais. O golpe de 1964 levou Prestes ao exílio, e tal situação acabou gerando uma certa separação entre ele e a direção do PCB, que lhe tecia várias críticas. Em resposta, Prestes afirmava que “em vez de assumir o papel de vanguarda do proletariado, o PCB estava se transformando em um partido reformista, próximo da social-democracia” (PANDOLFI, 1995, p. 236). O retorno, com a anistia, não amenizou a situação, e o rompimento se daria em março de 1980, pouco antes da data de assinatura do prefácio do livro de Gomes, com o documento “Carta ao povo brasileiro”, sendo que seu desligamento definitivo ocorreria em janeiro de 1984 (PANDOLFI, 1995, p. 219-220). Para seus adversários dentro do Partido, Prestes era visto como “caudilho”, “personalista” e “autoritário”.

A despeito do desligamento de Prestes, gradativamente a partir de 1980, ou de sua crise com a direção partidária, anterior à ruptura, é interessante observar como a memória dos depoentes ligados ao PCB tenta buscar uma proximidade pessoal com essa antiga e notória liderança comunista ao lhe apresentar o manuscrito de Gomes. Antônio Werneck declara em seu depoimento (03/09/2009): “O Prestes, fomos nós que... Fui eu que procurei, né?, o Prestes [...].” E Amando Sampaio (depoimento de 21/09/2009) afirma: “Tanto é que, ainda o Prestes, eu conhecia o Prestes de Moscou, e o Prestes me conhecia, conhecia o meu pai. Então eu fui uma espécie de intermediário pra fazer esse contato com o Manoel Gomes”. Tal situação se explica pelo fato de se tratar de uma liderança histórica e simbólica que exerce um certo fascínio.

Gostaria, agora, de retornar à carta-denúncia sobre a presença de comunistas no Borel, com a qual inicio este artigo, notificando o lançamento do livro de Gomes, que teria contado com a presença do próprio Prestes. O objetivo seria atentar para as eleições à diretoria da associação de moradores, que ocorreria no dia 24 de maio de 1981 (o lançamento teria sido em 10 de maio). A preocupação do autor da carta seria, principalmente, com o então “garoto de nome José Ivan, que é ligado a vários políticos de esquerda [...], inclusive chefia um grupo de moças e rapazes que andam fazendo distribuição no morro do jornal Hora do Povo” (Fundo Polícia Política/APERJ, pasta 279-J, folha 501).

Como consequência, foram enviados informantes do DOPS para vigiar as eleições, que de fato ocorreram no dia marcado, às 10 horas da manhã. Os enviados averiguaram a presença de 460 associados, sem que fosse atingido o quórum para a abertura das urnas, que seria de 480. Três chapas concorriam ao pleito: a chapa verde, de José Emídio Gonçalves; a chapa amarela, de Sebastião Bonifácio; e a chapa azul, de José Ivan. Nota-se, portanto, a presença de duas chapas com nomes ligados ao PCB<sup>24</sup> e uma ligada ao MR-8. Não deve ser encarada como mera coincidência a ocorrência do evento de lançamento de “As lutas do povo do Borel” duas semanas antes dessa eleição, inclusive com a possibilidade da presença da liderança comunista mais conhecida no local. Esse fato revela que o livro teve um uso político por parte do PCB, referente ao Borel. A principal ascendência da época na Faferj era o MR-8, e nessa disputa estava presente um de seus representantes, ligado a Irineu Guimarães e que depois assumiria um cargo na Faferj, o “garoto de nome José Ivan”.

José Ivan percebe esse uso, conforme deixa claro em seu depoimento (depoimento de José Ivan, 24/04/2009):

Porque, na verdade, quem estava por trás disso era o Partidão. O Partidão é que fez o livro e tinha histórias de Manoel Gomes, referências de Manoel. [...] Aquele livro foi uma edição muito simbólica e pequena. Foi mais para fazer referência ao PCB. Não foi um livro de grande escala, de grande divulgação, era um negócio meio fechado ao grupo, e era mais ou menos assim, e é claro que eu discordei completamente, porque eram pessoas que se diziam representativas, mas não tinham compromissos com mudanças de que o Borel precisava. (AMOROSO, 2012, p. 183).

<sup>24</sup> Não se sabe se essa separação tem alguma relação com uma possível discordância pessoal ou até mesmo política por parte de Bonifácio ou Gonçalves. Esse tipo de cisão não foi comentado pelos depoentes e carece de fontes para sua averiguação.

## Conclusão

A construção de *lugares de memória* (NORA, 1993) decorre da necessidade humana de buscar novas formas de se relacionar com o passado. O pano de fundo dessa busca é um panorama de inúmeros fatores, dentre os quais destacamos as mudanças da experiência do tempo e do espaço, causadas em grande parte pelo incremento, nas últimas cinco décadas, das tecnologias de comunicação (HUYSEN, 2000), levando ao que Nora chama de “aceleração da história” (NORA, 1993 p. 7-8). Também devem ser consideradas as transformações políticas pelas quais passou a sociedade ocidental, com o advento de inúmeros polos de reivindicação de grupos sociais, muitas vezes tendo como suporte a questão da memória e do uso político dos significados do passado.

No caso do Borel, a conjuntura histórica aqui abordada fez com que se estabelecesse uma convivência tática entre atores pertencentes ao campo de oposição ao regime militar que lá atuavam. O caráter dessa convivência resultou das restrições impostas pela situação política daquele momento, o que dotava a posição desses atores de uma certa fragilidade. Daí o convívio relativamente tenso entre grupos de perfis distintos, embora com alguns pontos de convergência, que concorriam em seu espaço de atuação, embora não dispusessem de condições para partir para a disputa aberta, sob risco de tornar ainda mais precária sua situação.

O objetivo principal desses sujeitos não foi a construção de um lugar de memória, no caso, o livro de Manoel Gomes. Essa publicação foi um dos resultados de uma proposta mais ampla de atuação perante as classes populares. Luís Antônio Machado da Silva faz a seguinte observação sobre a constituição do “favelado” como categoria social (SILVA, 2002, p. 224): “[...] uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão básico de sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social”. Esse aspecto desfavorável da posição desse segmento social tem sido uma constante ao longo da história dos moradores desses espaços.

É justamente sob o signo dessa posição desfavorável que devemos compreender os amalgamados aspectos material, simbólico e funcional de “As lutas” como lugar de memória. Possuir uma “história materializada”, ou uma *memória material*, escrita por um morador de favela, possui um peso muito forte para uma parcela da população cuja ameaça remocionista ainda não constituía um passado distante, embora também não um espectro tão ameaçador quanto nas décadas de 1960 e 1970. Outro componente digno de nota é a possibilidade de valorização do papel do morador de favelas a partir da memória de sua mobilização, em um contexto de ampla atuação dos movimentos sociais e de uma crescente reivindicação pela redemocratização que atinge a sociedade como um todo.

## Bibliografia

AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. 2012. 265 fls. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getulio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

BRUM, Mario. *O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. 2006. 216 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS FILHO, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

CARDOSO, Elizabeth et al. *História dos bairros, memória urbana: Tijuca*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Index Editora, 1984.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century* Rio de Janeiro. California: Stanford, 2008.

GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Pallas, 2013.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945 – 1950)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MATELA, Rose Clair Pouchain. *Experiência e narrativa no movimento cineclubista da década de 1970: “corações e mentes”*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MAUÉS, Flamaron. Os livros de denúncia de tortura após o golpe de 1964. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., 2009, Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://www.uff.br/lihed/segundoseminario/>>.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SÁ MOTTA, Rodrigo P. O diabo nas bibliotecas comunistas. In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, J.Y. (Org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Belo Horizonte: Cia. Das Letras, UFMG, 2007.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A continuidade do ‘problema da favela’. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

TRINDADE, Nísia. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais*. 1989. Dissertação (Mestrado) - IUPERJ, Ri